

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PROCURADORIA GERAL

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO

Não deixe de preencher as lacunas a seguir:

Nome																													
Nº de Identidade										Órgão Expedidor										UF					Nº de Inscrição				
Prédio																									Sala				

ADVOGADO
QUESTÕES DISCURSIVAS

ATENÇÃO

- ☐ Abra este Caderno, quando o Fiscal de Sala autorizar o início da Prova.
- ☐ Observe se o Caderno está completo. Ele deverá conter 02 (duas) questões do tipo Discursiva.
- ☐ Se o Caderno estiver incompleto ou com algum defeito gráfico que lhe cause dúvidas, informe, imediatamente, ao Fiscal.
- ☐ Uma vez dada a ordem de início da Prova, preencha, nos espaços apropriados, o seu Nome completo, o Número do seu Documento de Identidade, a Unidade da Federação e o Número de Inscrição.
- ☐ Você dispõe de tempo suficiente para responder a Prova (questões de múltipla escolha e discursivas). O tempo está dosado, de modo a permitir fazê-la com tranquilidade.
- ☐ Respondidas as questões discursivas, entregue este Caderno ao Fiscal e deixe a sala em silêncio.

QUESTÕES DISCURSIVAS

As questões a seguir são discursivas e deverão ter a extensão máxima de 30(trinta) linhas para cada uma. Ao final, este Caderno deverá ser entregue ao Fiscal de Sala.

AS LINHAS ABAIXO DE CADA QUESTÃO DISCURSIVA SÃO PARA SUA RESPOSTA

1ª. Considere a seguinte situação hipotética:

Carlos, empresário do ramo de automóveis, contratou os serviços de telefonia da empresa TELEFIXA com o intuito de minimizar, em sua empresa, seus custos com ligações telefônicas. No curso da prestação do contrato, Carlos, por diversas vezes, foi cobrado por serviço de identificação de chamada, o qual não foi contratado pelo empresário. Insatisfeito e, após procurar por diversas vezes, a empresa TELEFIXA, para noticiar a cobrança indevida, não obtendo êxito em suas reclamações, pois, nos meses subsequentes, chegava, em sua fatura, a referida cobrança, Carlos procurou o serviço de Danilo, advogado experiente. Este aconselhou Carlos a incluir no rol, como litisconsorte passivo, facultativo, a ANATEL, já que esta é responsável pela fiscalização das empresas de telefonia, devendo coibir tal prática abusiva. Carlos confiando em seu advogado o autoriza a propor tal ação incluindo a ANATEL como litisconsorte da empresa TELEFIXA. Por se tratar de ação contra a ANATEL e a TELEFIXA, Danilo ingressou com tal demanda na Justiça Federal, visto que a ANATEL é uma pessoa jurídica integrante da administração federal indireta. O Juiz Federal o qual foi distribuído o feito, após analisar os requisitos necessários para se propor a demanda, julgou-se incompetente e remeteu o processo para a Justiça Estadual, fundamentando que esta seria a competente para julgar tal feito.

Com base na situação descrita, o Juiz Federal, ao remeter o processo para a Justiça Estadual, agiu corretamente; visto que é a justiça do Estado onde Carlos reside a competente para julgar tal lide?

Justifique sua resposta com base no ordenamento jurídico pátrio.

This image shows a single sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.

No que concerne à desapropriação, analise à luz do ordenamento jurídico pátrio e discorra sobre as espécies de desapropriação, apontando, em cada uma delas, semelhanças e diferenças quando existirem.

[illegible]

